

# MUITO ALÉM DO DIPLOMA DE GRADUAÇÃO: A OFERTA ATUAL DE EMPREGOS PARA GEÓGRAFOS NA INICIATIVA PRIVADA NO BRASIL

*Far beyond the undergraduate degree: the current job offer for geographers in the private sector in Brazil*

**Henrique Elias Pessoa Gutierrez**

Geógrafo do Departamento de Geociências (Laboratório de Planejamento e Gestão Ambiental - LAPLAG) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

[hepg86@hotmail.com](mailto:hepg86@hotmail.com)

Recebido: 16.05.2022

Aceito: 03.10.2022

## Resumo

A preocupação com o mercado de trabalho é algo constante em diversas áreas profissionais, não sendo diferente na geografia. O presente artigo tem o objetivo de analisar as oportunidades de emprego para os geógrafos, por meio do levantamento e análise num website que divulga vagas de empregos. O trabalho se caracteriza por uma pesquisa qualitativa e exploratória, que consistiu no levantamento dos anúncios de empregos e que foram analisados através de treze parâmetros. Foi obtido um total de duzentos e oitenta e cinco anúncios, que totalizaram 388 vagas, num período de quatro anos. Foram identificadas as exigências relacionadas à qualificação profissional, demonstrando que, em muitos casos, só o diploma de graduação não é suficiente para se candidatar a uma vaga de emprego e a consequente inserção no mercado de trabalho. Os geógrafos necessitam do contínuo levantamento de dados sobre a realidade do seu mercado de trabalho como meio de estratégia para uma maior empregabilidade.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho; Geógrafos; Empregos; Empregabilidade.

## Abstract

The concern with the job market is constantly in several professional areas, not being different in geography. This article aims to analyze job opportunities for geographers through a survey and analysis on a website that advertises job vacancies. The work is characterized by qualitative and exploratory research, consisting of a survey of job advertisements, which were analyzed through thirteen parameters. A total of two hundred and eighty-five advertisements were obtained, totalling 388 vacancies, for four years. The requirements related to professional qualification were identified, demonstrating that, in many cases, only an undergraduate degree is not enough to apply for a job vacancy and the consequent insertion in the job market. Geographers need the continuous collection of data on the reality of their labour market as a strategy for greater employability.

**Keywords:** Labor market; Geographers; Jobs; Employability.

## 1. INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho de qualquer profissão é uma preocupação que começa, para muitos, ainda na fase da escolha do curso de nível superior. Em nível de graduação, diversas profissões encontram-se regulamentadas por alguma legislação (lei, resolução, por exemplo), o que, juntamente com a formação acadêmica, vão delineando o perfil do futuro profissional e, a conseqüente possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

Na Geografia tal cenário não é diferente. A preocupação com o mercado de trabalho é uma constante e é comum o discurso com queixas a respeito de uma maior quantidade de oportunidades no mercado de trabalho, seja no setor público ou na iniciativa privada. Normalmente, muitas vezes por escolhas pessoais, muitos geógrafos buscam o serviço público como opção para atuação profissional, no entanto, há de se destacar que o mercado de trabalho da profissão vai além, abrangendo o setor privado, as ONGs – Organizações Não Governamentais, como profissionais liberais prestando serviços de consultoria para pessoas físicas e jurídicas de direito privado, além de consultorias temporárias para órgãos públicos, entidades nacionais e internacionais.

Dessa forma, constata-se a carência de publicações no meio acadêmico-científico que tratem do mercado de trabalho do geógrafo na iniciativa privada, não só no aspecto teórico, como também por meio do levantamento e discussão de dados da realidade, pois, não bastam as queixas e a vontade em ampliar as oportunidades, se, dentre outras ações, não tivermos o conhecimento quantitativo e qualitativo das oportunidades nos últimos anos, como ferramentas para uma estratégia de divulgação e ampliação do mercado, como também para que os egressos dos cursos de bacharelado em Geografia conheçam as qualificações que vêm sendo exigidas e o que precisam fazer durante a graduação, e após a sua conclusão, para obterem qualificações que aumentem as chances de inserção no mercado de trabalho.

O curso de Geografia oferece duas possibilidades de habilitação (licenciatura e o bacharelado). No caso da segunda, o diploma de bacharel em Geografia, juntamente com o registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, possibilitam que a pessoa receba o título profissional de Geógrafo(a), conforme preconiza a Lei Federal nº 6.664/1979 (disciplina a profissão de Geógrafo). Desde a promulgação da citada lei, a preocupação com o mercado de trabalho desse profissional vem acontecendo ao longo do tempo no meio técnico-científico (MARANGON, 1986/1987; MIGUEZ; RIBEIRO, 2003;

SIGNORI; VERDUM, 2009; PAES; VENTURI, 2011; SANTOS, 2013; MORATO, 2018; BREUNIG *et al.*, 2019; GUTIERRES *et al.*, 2019; OLIVEIRA, 2021).

Sendo assim, esse artigo propõe contribuir com a análise das oportunidades de emprego para os geógrafos, por meio do levantamento e análise num website de empregos, que anuncia vagas para a iniciativa privada, ONGs, consultorias para entidades nacionais, internacionais e órgãos públicos brasileiros. Como pergunta norteadora, utilizam-se as palavras de Coutinho (2018, p.39): “qual a situação do geógrafo no atual mercado de trabalho?”. O texto pode ser de interesse para os graduandos e profissionais da geografia, bem como os profissionais, empresas privadas e entidades que terão uma noção do panorama atual da inserção do geógrafo no mercado de trabalho e das potencialidades desse profissional nos seus diversos campos de atuação (meio ambiente, geotecnologias, planejamento urbano, responsabilidade social, socioeconomia etc.). Para se preparar para o mercado de trabalho e ter maior possibilidade de inserção nele, os novos profissionais necessitam de um mínimo de conhecimento sobre a realidade atual. A falta de iniciativa dos profissionais é prejudicial à inserção no mundo do trabalho, já que alguns podem estar esperando passivamente o êxito na carreira ou crendo que a obtenção de um diploma de nível superior será o suficiente para o sucesso profissional, o que, segundo Campos *et al.* (2008), é um grande equívoco, como destacado no título deste artigo.

## 2. FORMAÇÃO ACADÊMICA NO ENSINO SUPERIOR

As expectativas com relação ao mercado de trabalho acontecem no momento da escolha do curso por parte do futuro graduando. Depois, com o início da graduação, o contato com os docentes, técnicos de laboratórios e colegas de turma, bem como a vivência nas disciplinas (obrigatórias e optativas) e demais atividades (projetos de pesquisa, de extensão, empresa júnior, estágio supervisionado, trabalhos de campo, práticas em laboratórios etc.) ao longo do curso, contribuem para uma maior curiosidade em saber quais as possibilidades de atuação nas diferentes áreas da profissão, devendo haver a preocupação com a formação e o futuro perfil profissional.

Por isso se faz necessária uma “exploração sistemática das alternativas profissionais existentes” ao longo do curso, ou seja, um suporte aos discentes para o desenvolvimento da carreira e para a transição universidade-mercado de trabalho (TEIXEIRA; GOMES, 2004, p.57). Zulauf (2006) defende a necessidade das Instituições de Ensino Superior

(IES) se preocuparem com o perfil profissional procurado pelo mercado de trabalho, a fim de adequarem o currículo às habilidades por ele requeridas. Tal preocupação passa pela qualidade do curso, que inclui o corpo docente e técnico (profissionais de nível técnico e de nível superior, que atuam nos laboratórios e nos trabalhos de campo), a teoria e as atividades práticas (em campo, nos laboratórios, através de estágios etc.). E Breunig *et al.* (2019, p.192) complementam que “a introdução dos estudantes, desde os primeiros semestres, nos laboratórios e os envolvendo em atividades que dependem exclusivamente da própria iniciativa, pode ser um caminho para desenvolver e melhorar sua capacidade técnica e acadêmica”.

Quando se alcança o último semestre do curso, os concluintes passam a ter uma maior preocupação com o mercado de trabalho. Pode-se considerar que, normalmente, sai na frente quem teve experiências aplicadas, a exemplo de estágios e aulas práticas, básicas para o desenvolvimento de um senso de capacidade para o exercício profissional (TEIXEIRA; GOMES, 2004). As autoras defendem a existência de uma formação acadêmica e de uma formação profissional. A primeira caracteriza-se pelo “envolvimento do aluno primordialmente com as disciplinas do curso, atividades de pesquisa e outras exigências curriculares, sem experiências diferenciadas ou que permitam um contato mais direto com o mercado de trabalho” (p.56). Já a segunda é compreendida pela “preocupação do aluno em ir além das tarefas curriculares e pela procura por atividades que lhe qualifiquem melhor para o exercício profissional, tais com monitorias e estágios extracurriculares” (TEIXEIRA; GOMES, 2004, p.56). Nos cursos superiores trabalhados, as autoras identificaram a “escassez de experiências práticas proporcionadas pelos cursos” e o “distanciamento entre a forma (geralmente idealizada) como aprendiam os procedimentos na faculdade e as demandas reais que encontrariam no mercado de trabalho” (TEIXEIRA; GOMES, 2004, p.56).

Sendo assim, destaca-se a preocupação que deve existir com relação à contribuição das Diretrizes Curriculares para uma maior aproximação com o mercado de trabalho. Campos *et al.* (2008) propõem uma alternativa para melhorar essa realidade, que seria a análise mais minuciosa da carga horária prática dos cursos, de modo a avaliar se o tempo destinado às atividades práticas está favorecendo o uso dos conhecimentos teóricos adquiridos no curso. O que, no entendimento dos autores, poderia facilitar o ingresso na vida profissional, pelo fato de o aluno ter desenvolvido competências adequadas para a realidade em que irá atuar. Por fim, destacam que, mesmo com a pouca oportunidade de atuação prática oferecida pelas instituições de ensino, tal cenário

não exclui as responsabilidades dos estudantes quanto à falta de iniciativa profissional. Gondim (2002) indica a falta de clareza na definição do perfil profissional exigido no mercado de trabalho como um fator prejudicial para a elaboração de planos futuros, o que afeta, principalmente, os graduandos em fase de conclusão do curso. Logo, obter a realidade do mercado sobre as exigências para os futuros profissionais constitui uma ação de extrema importância para uma maior possibilidade de inserção no mercado.

### 3. EMPREGABILIDADE

A procura das pessoas para cursar o ensino superior é crescente nos últimos anos e a empregabilidade é uma preocupação que se inicia antes mesmo do ingresso na universidade, já que, na maioria das vezes, essa preocupação precisa acontecer no momento da escolha do curso que se deseja fazer. A empregabilidade de uma profissão é decorrente de diversos fatores, a exemplo da atualização dos cursos e da legislação da profissão no tocante a incorporar as inovações e avanços ao longo do tempo; especificidades da economia regional e local, que determinam uma maior ou menor demanda por certos profissionais; conjunturas política e econômica que afetam a oferta de vagas e admissão, dentre outros fatores.

Veludo-de-Oliveira *et al.* (2013, p.48) consideram que, “no Brasil, a inserção do estudante no mercado de trabalho ocorre por meio de estágio estabelecido oficialmente no currículo de diversos cursos e amparado por lei específica”, que seria a Lei Federal nº 11.788/2008 (dispõe sobre o estágio de estudantes). Logo, o estágio permite “o contacto directo com a prática profissional e com contextos reais de trabalho surge, geralmente, no âmbito dos estágios curriculares” (VIEIRA; COIMBRA, 2011, p.30).

Quando se fala em mercado de trabalho, “empregabilidade” é uma palavra de uso comum. Segundo Campos *et al.* (2008, p.176), “o tema empregabilidade vem recebendo atenção crescente, e a sua evolução tem dado margem a discussões sobre a relação entre o que o mercado de trabalho exige e a adequação da formação acadêmica oferecida”. Portanto, é tratar da transição universidade – mercado de trabalho. A empregabilidade é definida como “às ações empreendidas para desenvolver habilidades e buscar

conhecimentos favoráveis, com vistas a conseguir uma colocação no mercado de trabalho” (RUEDA *et al.*, 2004, p. 63). Para Campos *et al.* (2008, p.162), ela “pode ser entendida como as ações empreendidas pelas pessoas no intuito de desenvolverem

habilidades e buscarem conhecimentos favoráveis ao alcance de uma colocação, formal ou informal, no mercado de trabalho”. Sendo assim, grande parte dos recém-formados das diversas profissões passa por um momento de incertezas para ingressar no mercado de trabalho (ROTHWELL *et al.*, 2009). Logo, o desafio da inserção no mercado de trabalho atinge o universo dos estudantes do ensino superior. Teixeira e Gomes (2004) lembram que as inovações tecnológicas resultaram em mudanças nas ocupações profissionais e que “a conquista de um espaço no mercado de trabalho não depende apenas de um diploma, mas também de características pessoais, competências específicas, redes de relações e capacidade de ajustar-se a diferentes demandas de trabalho” (TEIXEIRA; GOMES, 2004, p.48). Campos *et al.* (2008, p.161) seguem a minha linha e explicam que a empregabilidade, no momento atual, não se restringe às habilidades específicas de uma profissão, mas as “características, habilidades e atitudes esperadas em geral para um bom profissional”.

Neste momento, é estratégico já vir com as possibilidades de atuação da profissão para inserção no mercado. A competência, entendida como a qualificação que possibilita ao indivíduo ser capaz de realizar determinado trabalho, é compreendida em três níveis: “saber o que fazer”, “saber como fazer” e “saber por que fazer” (BITENCOURT; BARBOSA, 2004). Logo, “pode-se dizer que uma competência permite lançar mão de conhecimentos com o intuito de enfrentar uma determinada situação-problema.” (RAMIREZ; DIAS, 2019, p.127). Portanto, a competência estaria constituída por várias habilidades. Dessa forma, entende-se que tais preocupações são inerentes à realidade dos discentes do curso de Geografia, especialmente aqueles que cursam o bacharelado em Geografia, foco deste artigo.

#### 4. ASPECTOS LEGAIS E A ATUAÇÃO DO GEÓGRAFO NA INICIATIVA PRIVADA

A profissão de Geógrafo no Brasil é objeto da Lei Federal nº 6.664/1979 (de 26 de junho de 1979). Porém, Sampaio *et al.* (2017) lembram que a formação e a atuação profissional já aconteciam, no país, em décadas anteriores. Não fica nenhuma dúvida com relação à autorização legal para a atuação profissional do geógrafo na iniciativa privada, quando o artigo 4º da lei trata das atividades profissionais que podem ser exercidas através da “prestação de serviços ajustados para a realização de determinado estudo ou pesquisa, de **interesse de instituições públicas ou particulares**, inclusive perícia e

arbitramentos” (inciso II); ou da prestação de serviços de caráter permanente, sob a forma de consultoria ou assessoria, junto a **organizações públicas ou privadas** (inciso III).

Paes e Venturi (2011) explicam que a lei do geógrafo ampara a atuação do profissional em diversos setores (público, privado, terceiro setor etc.) e que “na dimensão privada, atua com consultorias ambientais, em empresas de mapeamento, em setores ambientais de grandes corporações, além de atuar em instituições de capital misto” (p.498). Na área da consultoria ambiental, destaca-se a atuação do geógrafo nos Estudos de Impacto Ambiental e em outros estudos ambientais do licenciamento ambiental (PAES; VENTURI, 2011; GUTIERRES *et al.*, 2019).

Andrade (1987, p.6), anos após a promulgação da lei do geógrafo, abordava as perspectivas do papel desse profissional, enfatizando que, nas empresas privadas, “sobretudo nas grandes empresas de mineração, de exploração agrícola em larga escala, de transportes, etc., os geógrafos começam a encontrar oportunidade de emprego, sobretudo depois que o Estado passou a fazer exigências quanto à preservação do meio rural”. E defende que o geógrafo participe da elaboração dos programas e na formulação das soluções para os problemas.

A atuação do geógrafo na área ambiental é inquestionável (ANDRADE, 1987; VEYRET, 1999; SAMPAIO *et al.*, 2017). Veyret (1999) explica que para os geógrafos, o meio ambiente não se restringiria apenas a natureza, para muitos, restrito a fauna e a flora. Mas alcançaria as “relações de interdependência que existem entre o homem, as sociedades e os componentes físicos, químicos, bióticos do meio e integra também seus aspectos econômicos, sociais e culturais” (VEYRET, 1999, p.6). Além disso, Pacheco (2018) demonstrou potenciais contribuições dos geógrafos para a área da gestão ambiental empresarial na realidade brasileira, entendendo que ambos podem estimular o desenvolvimento desse setor, já que os geógrafos estão “habilitados para realizar diagnósticos ambientais e analisar impactos promovidos pelas ações antrópicas sobre o ambiente, por isso, podem contribuir com as políticas de gestão ambiental das empresas”. O autor considera que “a geografia se constitui em um dos setores mais tradicionais do conhecimento na abordagem do ambiente e da relação entre este e a sociedade” (PACHECO, 2018, p.49). E que tal abordagem é multitemática, integrada e especializada, constituindo características demandadas pelo mercado de trabalho.

## 5. METODOLOGIA

O trabalho foi pautado numa pesquisa qualitativa e exploratória, que consistiu no levantamento e na revisão da literatura que contempla os diferentes assuntos abordados, em nível de Brasil e da legislação profissional do geógrafo (BRASIL, 1979). O levantamento dos dados foi realizado a partir da busca no website de anúncios de vagas de empregos – agência digital AGROBASE, utilizando as palavras: “geógrafo” e “geografia”<sup>1</sup>. Foram descartadas as oportunidades para os empregos de “professor”, “instrutor de aprendizagem”, dentre outras nomenclaturas com atribuições referentes à atividade de ensino. O intervalo temporal dos anúncios coletados foi de 01 de julho de 2016 a 30 de junho de 2020, portanto, abrangendo um período de quatro anos.

Apesar da existência de vários outros websites voltados para a oferta de empregos, optou-se pelo website Agrobases (2020), devido ao maior tempo de disponibilização e frequência de divulgação dos anúncios. Sendo assim, a partir da busca pelo termo “geógrafo”, considerou-se como válido considerar a pandemia da COVID-19 (inicialmente noticiada em janeiro de 2020 e que se estendeu ao longo do ano), como um fato atípico para o desenvolvimento das atividades humanas de uma forma geral, especialmente as atividades econômicas, o que pode ser considerado como ressalva para os dados do ano de 2020, sendo o dia 25 de fevereiro como o primeiro caso registrado no Brasil e o início da segunda quinzena do mês de março como o começo do período de restrições em muitas cidades brasileiras.

As páginas web de cada anúncio foram arquivadas e armazenadas num banco de dados para que pudessem ser melhor analisadas, posteriormente, de modo a extrair as informações de interesse e inseridas numa planilha eletrônica, que foi organizada a partir dos seguintes parâmetros de análise: 1) Análise temporal dos anúncios; 2) Nomes, origem e ramos de atividade dos anunciantes; 3) Localização geográfica das vagas anunciadas; 4) Áreas profissionais requisitadas nos anúncios; 5) Nomenclatura das vagas e áreas de atuação; 6) Exigência da pós-graduação; 7) Exigência de idiomas; 8) Conhecimentos na área de informática; 9) Conhecimentos em português; 10) Conhecimentos sobre legislação ambiental e urbanística; 11) Conhecimentos na área de Geotecnologias; 12) Experiência profissional; 13) Salários anunciados.

Ao finalizar a coleta dos dados, estes foram tabulados por meio do software Excel, procedendo ao cruzamento dos mesmos entre variáveis de interesse. Por fim, foram

---

<sup>1</sup> Os arquivos com todos os anúncios levantados podem ser solicitados através do e-mail do autor.

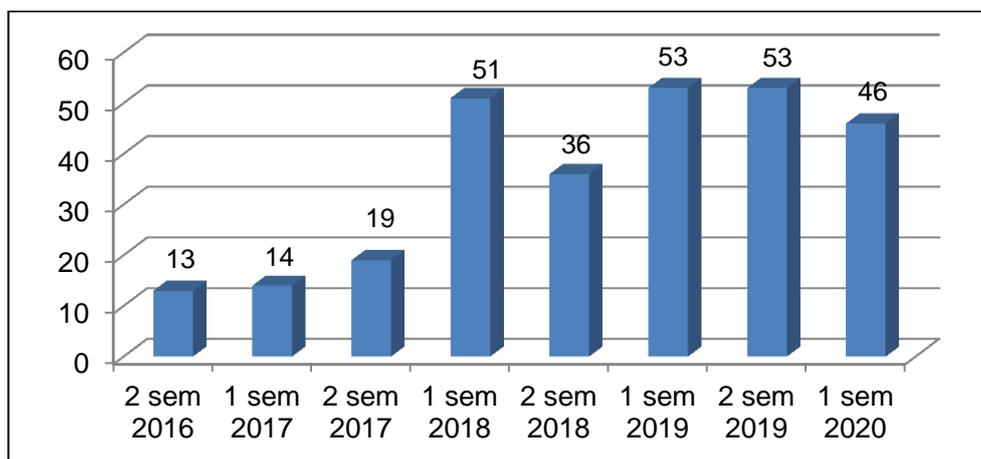
sistematizados e apresentados através de tabelas, quadros e gráficos, que permitiram um melhor embasamento para auxiliar nas discussões dos resultados.

## 6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento realizado identificou duzentos e oitenta e cinco (285) anúncios, compreendendo o período de julho de 2016 a junho de 2020. Esses anúncios ofertaram um total de 388 vagas, no entanto, a maioria ofertava uma vaga (93,8%), enquanto que os demais anúncios ofereceram duas ou mais vagas. Do total de anúncios, apenas doze divulgaram oportunidades, exclusivamente, para geógrafos. Os demais indicavam o geógrafo ou a formação no curso de Geografia, juntamente com a indicação de um ou mais cursos, como requisitos para a vaga anunciada.

### 6.1. Análise temporal dos anúncios

Inicialmente, demonstra-se a distribuição temporal desses anúncios visando entender as tendências de aumento, diminuição ou estabilização na oferta de vagas ao longo do tempo pesquisado (Figura 1). Adotou-se o intervalo semestral de cada ano (1º semestre – meses de janeiro a junho; 2º semestre – meses de julho a dezembro).



**Figura 1** – Total de anúncios analisados por semestre e os respectivos anos.

**Fonte:** Agrobases (2020).

**Org.:** autor.

É possível identificar que os dois semestres do ano de 2019 apresentaram a maior quantidade, totalizando 53 anúncios em cada um. Logo depois aparece o primeiro semestre de 2018, com 51 anúncios e o primeiro semestre de 2020 com um total de 46. Os três primeiros semestres totalizaram os valores mais baixos, compreendendo

quantitativos entre 13 e 19 anúncios. Do ponto de vista anual, excluindo os anos de 2016 e 2020, por terem só um semestre, o gráfico evidencia que o ano de 2019 se destacou no total anual de vagas.

Na escala mensal, apenas os meses de dezembro de 2016 e abril de 2020 não apresentaram anúncios contemplando oportunidades para geógrafos. Por outro lado, o mês de fevereiro de 2020 foi o que apresentou a maior quantidade de anúncios (15), seguido de julho de 2019 (14). Enquanto que, posteriormente, foram identificados meses com doze anúncios (maio de 2018, fevereiro e setembro de 2019) e outros cinco meses com dez anúncios (janeiro, junho e agosto de 2018, março de 2019 e junho de 2020). Essa distribuição mensal demonstra que os meses de fevereiro e junho se destacaram na quantidade de vagas em dois anos, cada. Por outro lado, os meses que antecedem e precedem fevereiro e junho, também demonstram tendência a uma maior quantidade de anúncios, a exemplo de janeiro e março, e de maio e julho.

Essa tendência se confirma quando se totaliza a quantidade de anúncios em cada mês ao longo de todo o período do levantamento: janeiro (25), fevereiro (38), março (25), abril (14), maio (30), junho (32), julho (25), agosto (17), setembro (23), outubro (19), novembro (17) e dezembro (20). Os meses de abril, agosto, outubro, novembro e dezembro foram aqueles com a menor quantidade de anúncios, não ultrapassando o total de 20 em cada um. Por fim, os meses de fevereiro, maio e junho foram os meses que apresentaram a maior quantidade de anúncios (total de 100), o que corresponde a 35% do total de anúncios identificados ao longo dos quatro anos. Portanto, os trimestres de janeiro a março e de maio a julho foram aqueles em que os geógrafos tiveram a maior oferta de empregos no website responsável pelos anúncios.

## **6.2. Nomes, origem e ramos de atividade dos anunciantes**

Outra informação relevante, quando se aborda o mercado de trabalho de uma determinada profissão, é identificar os nomes, a origem e os ramos de atividades dos anunciantes. Diferente do serviço público, que é obrigado a divulgar um edital público, indicando o nome do órgão que está promovendo o concurso, na iniciativa privada são comuns os anúncios de empregos que não revelam, inicialmente, o nome do contratante. Muitas vezes essa informação é repassada durante o processo de seleção da vaga anunciada.

Sendo assim, do total de 285, só 69 anúncios apresentaram o nome do contratante, dos quais aparecem os nomes de 29 empresas/entidades, já que existem contratantes com mais de um anúncio ao longo do período analisado. Para uma melhor compreensão, conforme consta no quadro 1, também foram pesquisados a origem (nacional/estrangeira) e o ramo de atividade.

**Quadro 1:** Nomes das empresas/entidades identificados nos anúncios analisados com as suas respectivas origens e ramos de atividade.

Empresa / Entidade	Origem	Ramo de Atividade
Agência Peixe Vivo	Nacional (Associação Civil)	Gestão de recursos hídricos
Argo energia	Nacional (empresa privada)	Energia
Associação Ambientalista Copaíba	Nacional (associação civil – OSCIP)	Meio Ambiente
Biofílica	Nacional (empresa privada)	Conservação de florestas e comercialização de serviços ambientais
Brookfield energia renovável	Estrangeira (empresa privada)	Energia
Cargill	Estrangeira (empresa privada)	Alimentos
Conservação Internacional (CI) Brasil	Estrangeira (Organização Não Governamental)	Meio Ambiente
Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária do Estado Ceará – CCA	Nacional (Cooperativa)	Agricultura familiar
FAO - <i>Food and Agriculture Organization</i> (ONU)	Estrangeira (agência especializada)	Segurança Alimentar
Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC	Nacional (organização sem fins lucrativos)	Promoção do desenvolvimento científico e tecnológico
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO)	Nacional (associação civil sem fins lucrativos)	Meio Ambiente
Geo & Bio Ambiental	Nacional (empresa privada)	Consultoria ambiental
Glencane Bioenergia	Nacional (empresa privada)	Sucroalcooleira
Golder	Estrangeira (empresa privada)	Mineração
Herkenhoff & Prates – tecnologia e desenvolvimento	Nacional (empresa privada)	Consultoria ambiental
IDGeo - Inteligência agrícola	Nacional (empresa privada)	Gestão do agronegócio
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	Estrangeiro (instituto especializado)	Agricultura
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio	Nacional (órgão público)	Gestão de Unidades de Conservação
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)	Nacional (organização científica/ não-governamental)	Pesquisa Científica
LafargeHolcim	Estrangeira (empresa privada)	Fabricação de materiais de construção
Ministério do Meio Ambiente	Nacional (órgão público)	Meio Ambiente
Parque Tecnológico Itaipu (PTI)	Nacional (empresa privada)	Energia
Pedra Agroindustrial	Nacional (empresa privada)	Agronegócio
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD	Estrangeira (organização intergovernamental)	Desenvolvimento e erradicação da pobreza
Solar Coca Cola	Nacional (empresa privada)	Bebidas
STCP – Consultoria, Engenharia, Gerenciamento	Nacional (empresa privada)	Consultoria ambiental e outras áreas
TAESA - Transmissora Aliança de Energia Elétrica	Nacional (empresa privada)	Energia
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura	Estrangeira (agência especializada)	Atividades sociais
WWF - World Wide Fund for Nature	Estrangeira (Organização não governamental)	Meio Ambiente

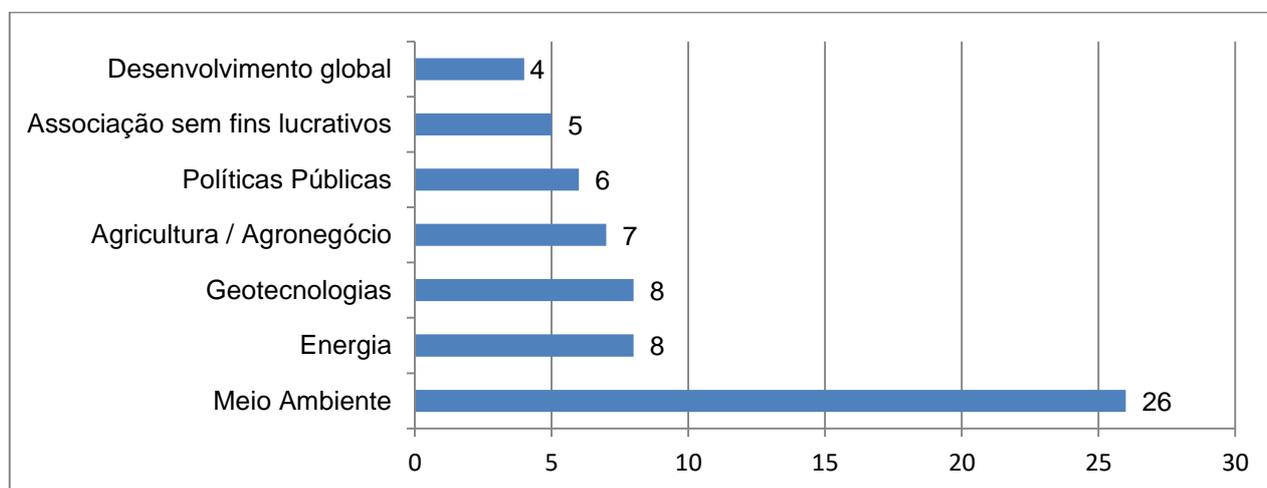
Fonte: Agrobases (2020).

Org.: autor.

O quadro expõe uma diversidade de anunciantes, desde empresas privadas (nacionais e estrangeiras), passando por órgãos públicos e entidades do terceiro setor, contudo, predominando as empresas privadas. Do total de anunciantes listados no quadro, dezenove são de origem brasileira, enquanto que as outras dez são estrangeiras.

Quanto à natureza jurídica dos contratantes, foram identificados nove tipos, com destaque para as empresas privadas, que totalizaram quinze. Seguidas das “associações civis” e “ONGs – Organizações Não Governamentais”, três cada uma. Foram identificadas duas “agências especializadas” e dois “órgãos públicos”, enquanto que “cooperativa”, “organização sem fins lucrativos”, “instituto especializado” e “organização intergovernamental” registraram um anúncio, cada.

Na Figura 2 são listados os ramos de atividade dessas empresas e entidades que mais anunciaram vagas, de um total de 24 ramos identificados. O ramo de atividade também nem sempre é indicado nos anúncios. Foram identificados os ramos em 89 anúncios, destacando-se o de “meio ambiente”, que totalizou 29,2%, seguido dos ramos de “energia” e “geotecnologias”, que apresentaram o mesmo percentual (9,0%), fazendo com que esses três ramos alcançassem quase 50% dos anúncios de emprego voltados para os geógrafos<sup>2</sup>.



**Figura 2** – Ramos de atividade das contratantes dos anúncios de emprego analisados e o valor percentual de cada um. **Fonte:** Agrobases (2020). **Org.:** autor.

<sup>2</sup> Além dos 64 anúncios expressos na figura 2, distribuídos pelos sete ramos listados, outros 25 anúncios apresentaram outros ramos de atividade (“Fundação de empreendimentos científicos e tecnológicos”; “Biodiversidade e Florestas”; “Florestal”; “Consultoria nas áreas de Engenharia Cartográfica e de Meio Ambiente”; “Terra/Meio Ambiente/Energia”; “Serviços e produtos alimentícios, agrícolas, financeiros e industriais”; “Articulação Institucional e Cidadania Ambiental”; “Conservação florestal e regularização ambiental”; “Sucroalcooleira”; “Gestão dos recursos hídricos das bacias hidrográficas”; “Sucroenergético”; “Multinacional”; “Porto”; “ONG / Fundação”; “Alimentos”; “Bebidas”; “Extensão Rural”).

### 6.3. Localização geográfica das vagas anunciadas

A localização geográfica das vagas anunciadas constitui uma informação importante na busca por empregos, tendo sido adotadas as escalas regional, estadual e intraestadual (que neste caso analisou se a vaga era para a capital ou para as cidades do interior) para fins de análise dos dados. A espacialização permite compreender também se há concentração geográfica das vagas para uma determinada profissão e quais áreas de atuação são mais demandadas em cada região, estado ou cidade.

Do total de 285 anúncios, a região Sudeste foi a que apresentou a maior quantidade com 168 anúncios (57,4%), seguida da região Centro-Oeste com 52 anúncios (17,7%). Enquanto que as outras três regiões apresentaram percentuais próximos, tendo o Nordeste totalizado 26 anúncios (8,9%), 25 no Sul (8,5%) e a região Norte com 22 anúncios (7,5%).

Temporalmente, as regiões apresentaram dinâmicas diferenciadas, de acordo com os semestres do período pesquisado. Os três primeiros semestres (anos de 2016 e 2017) tiveram poucos anúncios em relação aos demais e entre as regiões também, a exemplo do Norte, Nordeste e Sul. Já o Centro Oeste se destacou, pois apresentou um total de 23 anúncios e superou o Sudeste (com 11). No entanto, em relação aos oito semestres do período analisado, a região Sudeste liderou a quantidade de anúncios em seis, exceto no segundo semestre de 2016 e no segundo semestre de 2017, liderados pela região Centro-Oeste. Já as regiões com a menor quantidade de anúncios nos semestres foram: Norte e Sul (dois semestres cada uma, além do primeiro semestre de 2017, que apresentou empate das duas regiões junto com o Nordeste).

Em nível estadual, seis estados não tiveram nenhum anúncio durante todo o período do levantamento (Acre, Alagoas, Amapá, Rondônia, Roraima e Sergipe). Enquanto que dezenove (e mais o Distrito Federal) totalizaram, no mínimo, um anúncio.

São Paulo foi o estado com a maior quantidade de anúncios (72), seguido por Minas Gerais (47), Rio de Janeiro (42), Distrito Federal (38) e o Pará (15). Ainda acima de dez anúncios aparecem Santa Catarina (13) e o Paraná (11). Observa-se que acima de dez anúncios, regionalmente, estão quase todos os estados da região Sul (exceto o Rio Grande do Sul) e do Sudeste (exceto o Espírito Santo). Fora dessas regiões, aparecem também o Pará e o Distrito Federal. Contudo, não foi identificado nenhum estado do Nordeste.

A Bahia é o estado nordestino com a maior quantidade de anúncios (8), tendo ficado como o oitavo estado no ranking nacional. Em seguida aparece o Maranhão com sete anúncios, a mesma quantidade do Espírito Santo. Por fim, Mato Grosso e Goiás registraram seis anúncios, cada um, seguidos pelo Tocantins com quatro. Finalizando o ranking surgem estados com três anúncios (Amazonas, Ceará e Rio Grande do Norte), dois (Piauí, Pernambuco e Mato Grosso do Sul) e um (Paraíba e Rio Grande do Sul).

Um aspecto da espacialização dessa análise geográfica dos anúncios foi saber se a distribuição dessas oportunidades estava concentrada nas capitais ou nas cidades do interior, conforme é descrito no quadro 2.

**Quadro 2:** Distribuição dos anúncios nas capitais e nas cidades de interior por regiões.

Localização	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Sudeste	TOTAL
Capital	9	6	43	11	107	176
Interior	8	18	7	9	57	99

Org.: autor.

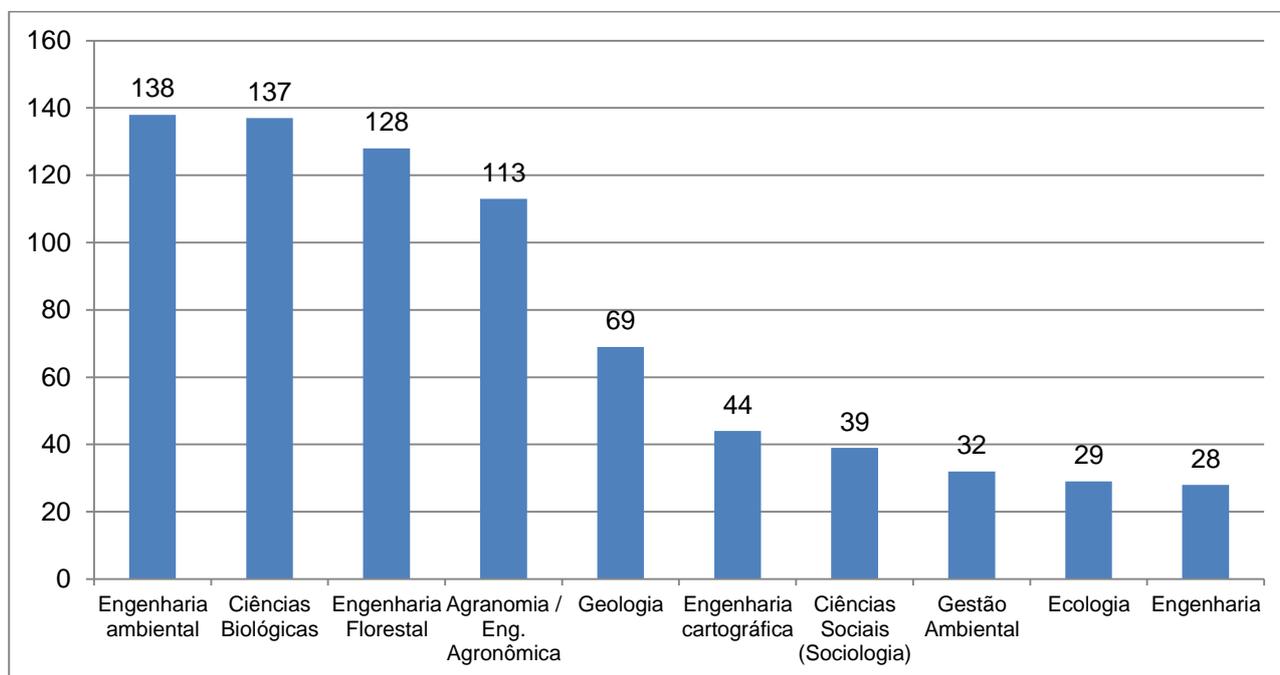
Num total de 275 anúncios (não foi possível a identificação da localização dos outros dez anúncios, já que eram de abrangência estadual e/ou de trabalho remoto), foi possível constatar um predomínio das vagas anunciadas nas capitais (64%), contra 36% em não capitais. Com relação ao aspecto regional, apenas o Nordeste apresentou um predomínio de anúncios em cidades do interior. Enquanto que as regiões Norte e Sul apresentaram certo equilíbrio. Já o Sudeste teve quase o dobro das vagas nas capitais, em sua maior parte nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Por fim, a região Centro-Oeste foi a que expôs o maior abismo em favor das capitais, especialmente pela grande quantidade de anúncios com vagas para Brasília.

#### 6.4. Áreas profissionais requisitadas nos anúncios

Dos 285 anúncios, apenas doze ofertaram vagas de emprego, exclusivamente, para geógrafos, o que representa 4,2% do total de anúncios analisados. Sendo assim, os outros 95,8% caracterizam-se como anúncios não exclusivos para geógrafos, sendo necessário, no mínimo, como critério da pesquisa, a indicação de uma área profissional (curso ou profissão) para caracterizar tal situação.

A Figura 3 expõe as dez graduações (áreas profissionais) mais presentes nos anúncios analisados. Os maiores destaques foram para Engenharia Ambiental, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal e Engenharia Agrônoma, que foram identificadas em

mais de cem anúncios. Portanto, profissões ligadas à área ambiental, especialmente com a atuação relacionada aos meios físico e/ou biológico.



**Figura 3** – As dez graduações (áreas profissionais) mais presentes nos anúncios analisados.

Fonte: Agrobase (2020).

Org.: autor.

Já na quinta posição encontra-se a Geologia, seguida da Engenharia Cartográfica, que está relacionada, principalmente, as vagas na área das geotecnologias. Na sétima posição estão as Ciências Sociais, especialmente nas vagas com atuação no meio antrópico, com destaque para os temas das relações sociais e estudos socioeconômicos. Por fim, aparecem a “Gestão ambiental”, a “Ecologia” e a “Engenharia (sem especificação do ramo)”. Além das dez áreas profissionais presentes no gráfico, outras totalizaram mais de dez anúncios: Engenharia Civil (26), Agrimensura (25), Administração (18), Ciências Ambientais (16), Economia (16), Arquitetura (15), Química (15), Geoprocessamento (14), História (13) e Engenharia Química (11).

Por se entender que os geógrafos possuem uma diversidade de áreas de atuação, o que reflete em trabalhos de caráter multidisciplinar, a análise da presença de outros profissionais vem sendo objeto de estudo por autores como Gutierrez *et al.* (2019), que realizaram o levantamento dos profissionais que integraram as equipes elaboradoras de 32 EIAs/RIMAs, com a presença de, no mínimo, um geógrafo. Das dez áreas profissionais do ranking elaborado pelos autores, cinco estão na lista apresentada na Figura 3 (Biologia, Engenharia Ambiental, Engenharia Florestal, Agronomia e Geologia). Já no

levantamento realizado por Signori e Verdum (2009) em editais de concursos públicos em nível federal, para geógrafos, foram identificadas trinta e duas graduações diferentes, com destaque para as Engenharias (agrimensura, agronomia, ambiental e de minas), Geologia, Biologia, Antropologia e Economia. Exceto a Engenharia de Minas e a Antropologia, as demais áreas estão elencadas nas vinte graduações identificadas por este artigo. Portanto, demonstrando que certas profissões concorrem com os geógrafos nos empregos do setor privado, nos editais de concurso público, como também na atuação em serviços de consultoria ambiental para elaboração de EIA/RIMA.

### **6.5. Nomenclatura das vagas e áreas de atuação**

Outro aspecto que desperta curiosidade é com relação aos nomes dos cargos e as respectivas áreas de atuação. Na maioria das vezes são abertas vagas para cargos com nomenclaturas mais amplas, de modo a permitir que diferentes profissionais possam se candidatar a vaga.

Foram identificadas dezessete nomenclaturas presentes nos anúncios analisados: “Analista”, “Assistente técnico”, “Auxiliar técnico”, “Consultor”, “Coordenador de projeto”, “Assistente de pesquisa”, “Economista ambiental”, “Especialista”, “Engenheiro”, “Gerente de projetos”, “Gestor ambiental”, “Instrumentista”, “Profissional de meio ambiente”, “Pesquisador”, “Técnico”, “Supervisor” e “Trainee”. É possível observar que alguns nomes reportam a algumas profissões, a exemplo de economista e engenheiro, mas aceitando diversas formações, incluindo o geógrafo.

A análise considerou a quantidade total de anúncios (285), classificando em três áreas principais (meio ambiente, geotecnologias e socioambiental), contudo, diante das especificidades do perfil profissional de alguns anúncios, optou-se por outras classificações para uma melhor classificação das áreas. A quantidade de anúncios em cada área foram: Meio Ambiente (142), Geotecnologias (103), Socioambiental (28), Patrimônio cultural (2), Meio físico (2), Análise de Mercado (2), Socioeconomia (1), Planejamento urbano (1), Desenvolvimento agrícola (1), Recursos hídricos (1), Gestão de projetos (1) e Arqueologia (1).

A área de “meio ambiente” foi a mais expressiva, representando 49,8% do total. Em seguida aparece a área das “geotecnologias” com 103 anúncios (36,1%). Portanto, essas duas áreas foram responsáveis por 85,9% dos anúncios analisados. Já a área “socioambiental” teve 28 anúncios, que representa 9,8% do total.

Andrade (1987) comenta que, na conjuntura da década de 1980, a especialização passou a ser cada vez maior nas empresas privadas e, às vezes, no setor público, resultando na perda da visão geral da problemática geográfica. O autor frisa a tendência de associar o geógrafo mais aos estudos da área natural do que a área social. Para ele, a Geografia é uma ciência social e que estuda a produção do espaço, devendo o profissional focar no relacionamento entre a sociedade e a natureza. O que se compreende como uma virtude e uma grande vantagem da geografia dentre os vários profissionais aptos a atuarem na área ambiental, devendo ser superada a dicotomia física e humana. Andrade (1987) defende que “na empresa em que trabalha, o geógrafo seja, ao mesmo tempo, um participante e um crítico na elaboração dos programas e na formulação das soluções para os problemas” (ANDRADE, 1987, p.7).

Compreende-se que, na iniciativa privada, o profissional responsável pela área ambiental terá que ter uma postura “criativa”, pois não será um mero cumpridor das condicionantes da licença ambiental e ser o contato imediato com os órgãos ambientais (licenciadores e fiscalizadores) e outros reguladores. Deverá ir além. Fazer com que o desempenho ambiental do empreendimento reflita em melhorias no relacionamento com as comunidades vizinhas e outras partes interessadas. E ser responsável por implementar ações e procedimentos que previnam acidentes ambientais e reduzam o consumo de recursos naturais, garantindo a redução de gastos e o aumento da rentabilidade dos negócios ao adotar uma postura ambiental diferenciada. Logo, tal profissional precisa lidar com os instrumentos de planejamento e gestão ambiental, que foram muito citados nos anúncios analisados, a exemplo do licenciamento ambiental; auditoria ambiental; certificação ambiental - Sistema de Gestão Ambiental/SGA, a exemplo da Norma ISO 14001; perícia ambiental; estudos ambientais no âmbito do licenciamento ambiental; remediação ambiental; *Environmental, Social and corporate Governance* - ESG, relatório de responsabilidade social e monitoramento de parâmetros ambientais. Como exemplo, Miguez e Ribeiro (2003) apontam que o geógrafo pode se tornar altamente qualificado para participar e coordenar equipes multidisciplinares voltadas para a implantação de Sistemas de Gestão Ambiental – SGA, a exemplo da norma ISO 14001. Ou a sua atuação no licenciamento ambiental e na elaboração dos EIAs/RIMAs (GUTIERRES *et al.*, 2019), bem como em outras frentes de atuação na gestão ambiental empresarial (PACHECO, 2018).

## 6.6. Qualificação Profissional

A qualificação profissional proporciona o ganho e o aperfeiçoamento de conhecimentos teóricos e práticos, que permitem ao profissional ir além do diploma de graduação, aumentando as chances de colocação no mercado de trabalho complexo e competitivo da atualidade.

Nesse texto foram considerados alguns dos atributos e requisitos exigidos para a atuação profissional do geógrafo: especialização/MBA, mestrado e doutorado; idiomas; conhecimentos em informática; experiência profissional (tempo e áreas de atuação); conhecimentos em português; salários; conhecimentos em legislação (ambiental e urbanística); e geotecnologias. Para esses parâmetros foram analisados 189 anúncios, onde foi possível identificar as exigências relacionadas à qualificação profissional, demonstrando que, em muitos casos, só o diploma de graduação não é suficiente para se candidatar a uma vaga de emprego e a consequente inserção no mercado de trabalho. Portanto, pode-se questionar: o que o mercado de trabalho vem exigindo do(a) geógrafo(a)?

### 6.6.1. Exigência da pós-graduação

Até algumas décadas atrás, deter o título de graduado era suficiente para conquistar uma vaga no mercado de trabalho. No entanto, atualmente, tal título não é mais certeza de inserção profissional, diante das novas exigências (CAMPOS *et al.*, 2008; COUTINHO, 2018). A pós-graduação vem se disseminando no país e é um dos caminhos da educação continuada. Crespo *et al.* (2006, p.3) definem a educação continuada “como as atividades educacionais que têm por objetivo atualizar e desenvolver o conhecimento e as habilidades profissionais, de forma a permitir ao profissional um melhor desempenho da sua função”. Elas destacam que buscar a educação continuada é necessário como meio para aperfeiçoar-se ou atualizar-se, após a conclusão da graduação, além do interesse em atuar em campos específicos, fazendo-se necessário complementar os conhecimentos, especializando-se numa determinada área de interesse.

Em algumas áreas, a pós-graduação *stricto sensu* é mais comum e, muitas vezes, o recém graduado parte direto para um mestrado e posterior doutorado. No entanto, a pós graduação *lato sensu* (especialização e o MBA - *Master Business Administration*) ainda ocupa um lugar de destaque em muitas profissões, especialmente naquelas com forte vocação para atuação fora do mercado acadêmico. Os benefícios em se ter uma

especialização/MBA acontecem tanto nas oportunidades para o setor público, como para o setor privado. Além de permitir uma melhor qualificação, por meio do aprofundamento/aprimoramento e da obtenção de novos conhecimentos teóricos e práticos numa área específica, no caso da iniciativa privada, torna-se um diferencial no momento da seleção de emprego.

Assim como em alguns casos do serviço público, para aqueles que estão atuando no setor privado, o profissional com especialização/MBA pode conseguir uma melhor remuneração, promoção para melhores cargos (supervisor, coordenador e gerente, como exemplos), um caminho para o empreendedorismo (FANDIÑO; MACIEL, 2008), além de aprimorar as suas habilidades e a execução das suas atividades. Somado a tudo isso, diante da dinâmica do mercado de trabalho proporcionado pelos avanços tecnológicos da atualidade, uma especialização pode ser útil para uma atualização ou para agregar uma nova área de atuação ao perfil do profissional, que não tenha sido abordada no curso de graduação, favorecendo a melhoria da empregabilidade em atendimento aos anúncios de vagas com perfil de atuação nas novas áreas.

A especialização para a atuação do geógrafo ganha importância a partir de autores como Andrade (1987), que ao abordar as perspectivas de trabalho para os geógrafos, explica que a esses profissionais também é exigido certo nível de especialização, conforme a área que interessa ao empregador. Rosa (1988, p.81) segue no mesmo raciocínio e explica que “o mercado não é uniforme, exigindo do geógrafo um certo nível de especialização”. Para Coutinho (2018), buscar se especializar é um caminho indicado para o desempenho satisfatório por parte do profissional.

Identificou-se a exigência da pós-graduação em 74 dos 189 anúncios, o que representa 39,1% dos anúncios que exigem, no mínimo, uma especialização/MBA. Desse total, 62 exigiram a pós-graduação lato sensu (especialização/MBA), o que representou 83,8% dos anúncios. Enquanto que doze anúncios exigiram uma pós-graduação stricto sensu, sendo que dez exigiram mestrado e dois exigiram doutorado. Vale destacar que, nos anúncios que citam duas ou mais qualificações (especialização, mestrado ou doutorado), sendo necessário apenas um título, considerou-se o título mais próximo da graduação. No caso dos anúncios que exigiam “pós-graduação”, considerou-se a exigência da especialização.

A análise sobre as áreas dos cursos de pós-graduação exigidas nos anúncios também é algo relevante, já que demonstra aos profissionais de uma determinada área, o que vem sendo mais demandado pelos contratantes, o que ajuda no planejamento da

qualificação dessas pessoas. As áreas mais demandadas pelos anúncios foram: meio ambiente (diversas nomenclaturas: “Avaliação de Impacto Ambiental”; “conservação da natureza e o uso sustentável dos recursos naturais”; “Ecologia”; “Gestão ambiental”; “Ciências ambientais”); Geoprocessamento (“SIG”; “Sensoriamento remoto”); Geografia; Gestão de projetos; e Biologia.

Diante da exigência crescente de que os profissionais dominem conhecimentos e técnicas multidisciplinares, a opção em cursar uma pós-graduação pode contribuir para atender tal demanda. Na pesquisa realizada com alunos de diversos cursos de uma universidade pública em Minas Gerais, Gondim (2002) identificou que cursar pós-graduação tornou-se a opção para muitos graduados, diante da insegurança em achar que não estão preparados para o mercado de trabalho, após concluírem o curso de graduação. O que também pode representar a realidade de parte dos egressos dos cursos de geografia.

### **6.6.2. Exigência de idiomas**

A necessidade de um ou mais idiomas é cada vez mais crescente. Do total de 189 anúncios, 86 exigiram, no mínimo, um idioma. Desse total, 76 solicitaram o inglês, enquanto que dez anúncios exigiram dois idiomas, sendo predominantes aqueles que cobram inglês e espanhol (nove) e um anúncio que exige os idiomas francês e espanhol (na área de Patrimônio Cultural). Pilatti e Santos (2011) discutem as novas competências profissionais, com ênfase no domínio da língua inglesa, e, defendem que se constitui numa das ferramentas essenciais na inserção no mercado de trabalho e para o crescimento profissional diante de um mundo globalizado. Os autores destacam o inglês e o espanhol, mas enfatizam que o primeiro possui mais importância decorrente do vasto uso e abrangência, constituindo um dos requisitos, em muitas oportunidades de emprego, para a inserção profissional. Logo, deve-se pensar o domínio de um ou mais idiomas como um diferencial na atuação profissional do geógrafo, até pelo “fato de pessoas perderem oportunidades de trabalhos por não possuírem a fluência na língua inglesa, mesmo sendo capacitadas em outras áreas” (RAMIREZ; DIAS, 2019).

No tocante a exigência do idioma em relação às áreas de atuação, verifica-se que 42 anúncios enquadrados na área de meio ambiente exigem, no mínimo, um idioma. Trinta e seis exigem só o inglês, enquanto que seis exigem dois idiomas (inglês e espanhol). Em seguida aparece a área de Geotecnologias, que totalizou 31 anúncios com

a exigência de algum idioma, sendo apenas um que exigiu inglês e espanhol, enquanto que os demais exigiram só o inglês. A área Socioambiental teve oito anúncios exigindo o inglês e um exigindo inglês e espanhol. Os outros quatro anúncios contemplaram duas oportunidades na área do “Patrimônio Cultural” (exigindo inglês e espanhol; e francês e espanhol), bem como a exigência do inglês em um anúncio classificado como “Meio Físico” e outro como “Análise de mercado”. Sendo assim, demonstrando que a exigência do idioma pode ocorrer em qualquer área de atuação para o geógrafo.

Por outro lado, vale destacar que a exigência de um ou mais idiomas não se restringe a comunicação oral. Pilatti e Santos (2011) defendem a importância do idioma inglês como fundamental para conquistar o mercado de trabalho, bem como para a atuação e o crescimento profissional. As autoras destacam que, além da comunicação oral, é também importante para contatos profissionais, produção de documentos, rede de contatos via internet, traduções de materiais e documentos úteis à organização, atendimento de ligações internacionais e para reuniões de negócios.

Ramirez e Dias (2019, p.125) consideram que “o domínio de idiomas, por sua vez, proporcionará a comunicação entre pessoas e indivíduos de outros espaços geográficos resultando em satisfação profissional e pessoal”, o que favorece no aprendizado e na interação com culturas diferentes, hábitos e costumes de outros países (PILATTI; SANTOS, 2011), aspectos que podem enriquecer o ambiente organizacional, além de ser algo valorizado e inerente aos geógrafos.

### **6.6.3. Conhecimentos na área de informática**

Diante dos avanços tecnológicos nas últimas décadas, os conhecimentos na área de informática passaram a ser comuns nos requisitos para cargos de nível superior. A indicação de quais softwares o profissional deve utilizar ou dominar, decorre das atribuições e perfil da vaga ofertada. Gondim (2002) explica que o perfil profissional desejável encontra-se alicerçado em três grandes grupos de habilidades. Um desses é o das “técnicas especializadas”, que inclui a informática, assim como a língua estrangeira, a operação de equipamentos e processos de trabalho. Os conhecimentos na área de informática, especialmente nos softwares do Pacote Office, foram exigidos em 86 anúncios dos 189 anúncios analisados. Os programas mais citados foram: Excel, Word, Powerpoint e Access.

Na análise sobre as áreas de atuação dos anúncios, constatou-se que 48 compreenderam empregos na área de meio ambiente, o que representou 55,8% do total. Já a exigência do Office foi identificada em 27 anúncios para empregos na área das geotecnologias. Por fim, 9 anúncios se enquadraram na área socioambiental, enquanto que os outros anúncios foram de vagas nas áreas do “meio físico” e do “desenvolvimento agrícola”.

Já do total dos anúncios analisados, com ou sem a exigência do Office, o percentual de anúncios com exigência do Office em relação ao total para cada área de atuação mostrou os seguintes percentuais: 33,8% (meio ambiente), 33,3% (socioambiental) e 26,2% (geotecnologias). Portanto, assim como discutido no item sobre idiomas, também para os conhecimentos de informática, pode-se afirmar que essa exigência ocorreu em diferentes áreas de atuação do geógrafo e torna-se essencial para que esses profissionais possam se candidatar e concorrer as vagas anunciadas.

#### **6.6.4. Conhecimentos em português**

Os conhecimentos em português, a exemplo da redação clara e concisa, a partir da observância das regras gramaticais, têm aparecido em muitos dos anúncios de empregos. No caso do levantamento realizado, dos 189 anúncios, 35 inseriram tal exigência no rol do perfil dos candidatos, constatando-se que as áreas de meio ambiente e geotecnologias tiveram a mesma quantidade de anúncios (14) com a exigência da boa redação/escrita. A área socioambiental apresentou quatro vagas com essa exigência, além de outros três anúncios (áreas: “meio físico”, “socioeconomia” e “patrimônio cultural”).

Não se tem dúvida da necessidade dos profissionais em terem uma escrita clara e com coerência, além de uma linguagem oral fluente e eficiente. Os estudantes universitários necessitam buscar o aperfeiçoamento da escrita. Para Marquesin *et al.* (2011), a democratização no acesso ao ensino superior proporcionou avanços sociais, mas mostrou a deficiência de parte dos universitários durante a vida escolar, refletindo na “deficiência de compreensão e o escasso hábito de leitura entre os universitários”, que se encontra num nível de ensino que exige leitura, compreensão e expressão - apresentação oral e escrita (MARQUESIN *et al.*, 2011, p.13). Os autores defendem que a leitura e a produção de textos devem ser trabalhadas com os estudantes universitários, “para sua inserção num mercado de trabalho cada vez mais exigente e restrito” (MARQUESIN *et al.*, 2011, p.14), já que os autores entendem que sem desenvolver a leitura e a escrita de

textos bem elaborados, compreensíveis e coesos, esses futuros profissionais terão dificuldades no cumprimento das tarefas solicitadas.

Como bem aponta Rojo (2002), a boa escrita (redação clara e concisa) vai além de certo domínio da ortografia, mas alcança também a capacidade do uso da variedade linguística de acordo com os objetivos que se deseja com o texto, gênero do texto produzido e o nível de conhecimento dos leitores. Para exemplificar a exigência aqui discutida, algumas exigências presentes nos anúncios são transcritas: “Capacidade de redação clara e concisa em português” (anúncios: 02, 10, 17, 34, 50, 55 e 81); “Boa comunicação oral e escrita” (04, 155 e 156); “Experiência na elaboração e análise crítica de relatórios” (14); “Ter excelente redação” (28); “Comunicação clara (oral e escrita)” (35); “Proficiência comprovada em Português” (41); “Fluência comprovada na língua portuguesa (falada, escrita e compreensão)” (45); “Boa comunicação escrita e falada” (54 e 91); “Capacidade de comunicação e apresentação, escrita e verbal” (59); “Boa redação” (67); “Forte capacidade de comunicação na elaboração de textos técnicos/análíticos” (72); “Elevada capacidade de comunicação (escrita e falada)” (78); “Fluência oral, escrita e leitura em português” (105); “Boa escrita/redação” (117, 234 e 235); “Comunicação oral (uso da língua portuguesa culta)” (190); “Excelentes habilidades de comunicação através de meios escritos” (207); “Escrita técnica e elaboração de relatórios técnicos” (266); “Desenvoltura oral e escrita” (268).

A tendência da exigência de uma boa escrita aumenta com o maior nível de qualificação dos candidatos. Sendo assim, dos 35 anúncios, dezenove exigem do candidato a pós-graduação, com destaque para o predomínio da especialização, exigida em quinze anúncios, seguida do mestrado (três anúncios) e o doutorado (um anúncio).

Enquanto isso, do total de anúncios referentes à escrita, só dois anúncios não exigem experiência profissional. Enquanto que os outros 33 anúncios, 11 exigem experiência nas áreas especificadas, mas sem tempo mínimo. No tocante os demais anúncios com exigência de tempo mínimo de experiência, esse tempo compreendeu de 1 a 8 anos.

Por fim, analisando a exigência de um ou dois idiomas e do conhecimento nos softwares do Office, 25 anúncios exigiram o idioma, sendo 23 exigindo a língua inglesa e dois anúncios com a exigência de dois idiomas (inglês e espanhol). Já os conhecimentos em informática foram exigidos em 22 anúncios. Portanto, os dados demonstram a importância dessa qualificação para os profissionais, mas que esse requisito se agrega a outras exigências (idioma, informática, experiência profissional, pós-graduação etc.), expondo a necessidade de se pensar na qualificação fora do curso de graduação (MOREIRA *et al.*, 2014).

### **6.6.5. Conhecimentos sobre legislação ambiental e urbanística**

Diante da afinidade da atuação do geógrafo nas áreas de meio ambiente, das geotecnologias e do planejamento urbano e regional, um requisito analisado foi com relação à exigência do profissional em ter conhecimentos sobre a legislação ambiental e urbanística, já que as áreas anteriormente citadas são essenciais na formação e na atuação profissional do geógrafo. O que não exclui outras áreas de atuação desse profissional que também fazem uso da legislação.

A exigência da legislação foi identificada em 68 anúncios, dos quais 49 para atuação na área de meio ambiente, seguido de 12 anúncios na área das geotecnologias e cinco nas vagas da área socioambiental. Em se tratando da iniciativa privada, Silva e Lima (2013) defendem que a legislação ambiental é importante para a evolução da variável ambiental nas organizações. As razões que levam alguns empreendimentos a buscarem profissionais com tais conhecimentos decorre da necessidade de cumprimento das exigências dos órgãos públicos, evitando que os empreendimentos sofram com penalidades, além da preocupação, por parte de alguns empreendedores, com a imagem perante a sociedade, resultando num maior rigor com a sua responsabilidade socioambiental e a efetividade da sua gestão ambiental, que, obviamente, passam pelo maior acesso, atualização e conhecimento da legislação ambiental e/ou urbanística (federal, estadual e municipal).

### **6.6.6. Conhecimentos na área das Geotecnologias**

A exigência na área das geotecnologias foi identificada em 97 anúncios, do total de 189. Tomando as áreas de atuação das vagas anunciadas, naturalmente, houve um predomínio das áreas de “meio ambiente” e “geotecnologias”. No entanto, houve predominância da exigência de conhecimentos em geotecnologias em 69 anúncios de vagas com área de atuação nas “geotecnologias”, enquanto que 25 foram identificadas nas vagas de “meio ambiente”, duas em “socioambiental” e uma no “meio físico”. Tal realidade reflete no fato das demandas de atuação do geógrafo, em grande parte dos casos, necessitarem do apoio do uso das ferramentas e técnicas das geotecnologias, para assim desenvolver soluções que atendam às necessidades da sociedade (BREUNIG *et al.*, 2019). Os autores destacam que “os avanços tecnológicos das engenharias, ciências exatas e da própria Geografia têm permitido uma gama de novas análises e

interpretações, gerando conhecimento, produtos e serviços que atendem desde o público leigo até setores extremamente especializados.” (p.186).

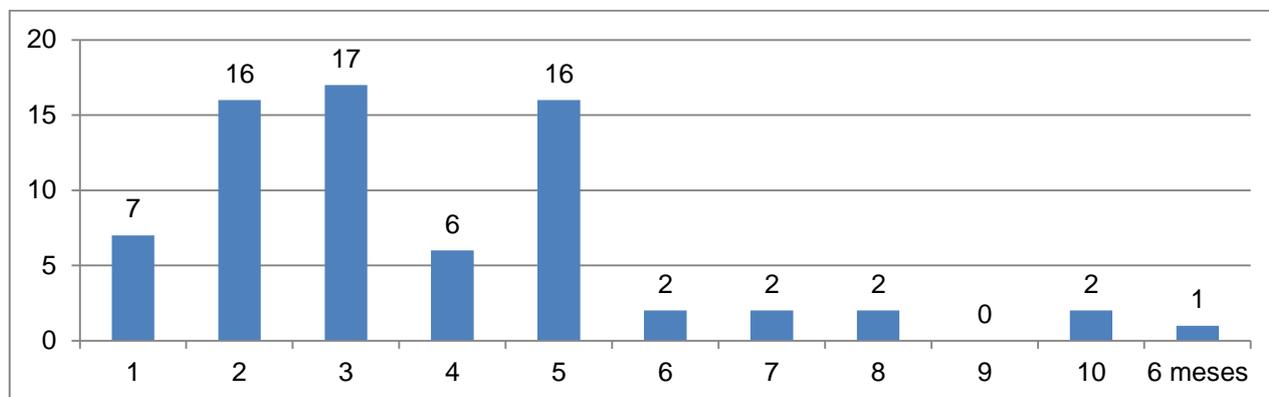
Em se tratando da área das geotecnologias, Breunig *et al.* (2019, p.192) consideram a necessidade em manter as matrizes curriculares atualizadas e coerentes com as atribuições profissionais do geógrafo, de modo que os graduandos tenham “experiências em projetos com equipe multidisciplinar, domínio em ferramentas de geotecnologias e em conceitos de cartografia e análise espacial, noções de programação e linguagem estatística”, sendo algum dos fatores que podem contribuir com a significativa melhoria e maior valorização do geógrafo. Para Longley *et al.* (2013, p.45), “a geografia está sendo vista de forma crescente como chave no gerenciamento empresarial da informação”. Ou seja, “como dados geográficos podem ser cruciais no contexto da tomada de decisão” (2013, p.6). Breunig *et al.* (2019) destacam algumas tendências a serem adotadas pelos geógrafos, a exemplo do desenvolvimento de soluções personalizadas, que dependem da linguagem de programação, inteligência artificial, *machine learning* etc., além de outras que podem enriquecer a análise geográfica (automatização de processos, processamento nas nuvens, *big data*, Internet das Coisas (IoT), agricultura e indústria 4.0 e agricultura de precisão).

#### 6.6.7. Experiência profissional

A experiência profissional é sempre um requisito que “incomoda” muitos graduados, especialmente os recém-formados, que ainda não tiveram a primeira oportunidade ou tempo suficiente para disputar determinadas vagas de emprego. Na pesquisa realizada, de um total de 189 anúncios, foi possível identificar que a exigência da experiência profissional ocorreu em 73% dos anúncios, sendo que 70 anúncios não exigem o tempo mínimo, enquanto que 67 estabelecem um mínimo de tempo de experiência numa área ou áreas afins ao perfil exigido. Outros 51, totalizando 27%, não exigiram a experiência para o emprego anunciado. Enquanto que um anúncio exigiu a execução de serviços como requisito da experiência: “2 a 3 materiais técnicos elaborados pelo profissional”.

Para os anúncios que exigem experiência, saber o tempo é fundamental para compreender se o mercado tem contemplado profissionais com mais tempo de trabalho ou se as oportunidades também têm privilegiado aqueles com menos tempo.

Tomando o universo dos 70 anúncios, a Figura 4 demonstra que as exigências de tempo compreenderam desde 6 meses até 10 anos. O tempo de 3 anos foi o que apresentou a maior quantidade de anúncios (17), seguido de 2 anos e de 5 anos.



**Figura 4** – Tempo de experiência exigido nos anúncios de empregos analisados.

Fonte: Agrobases (2020).

Org.: autor.

No entanto, o gráfico demonstra que a maior parte dos anúncios exigiu até 3 anos como tempo de experiência, totalizando 58,6%. Um ponto a esclarecer é que alguns anúncios trazem um intervalo de tempo aceito como experiência (exemplos: 1 a 2 anos; 5 a 9 anos; 6 a 8 anos). Nesses casos, adotou-se a escolha pelo tempo mínimo para contabilizar os diferentes anos exigidos.

Um parâmetro que pode ser correlacionado com a experiência profissional é a exigência de algum título de pós-graduação. De modo a buscar entender se os empregadores têm adotado a pós-graduação como uma forma de suprir a falta da experiência profissional ou se exigem os dois requisitos como um meio de contratar um profissional mais qualificado e com vivência profissional. Conforme a tabela 1, a pós-graduação foi identificada nos anúncios dos três tipos de exigência de experiência profissional (“com experiência/sem tempo determinado”; “com experiência/com tempo determinado”; “sem experiência”). Além desses, o anúncio que exigia experiência na “produção de materiais técnicos”, não fazia exigência da pós-graduação.

**Tabela 1:** Relação entre a “exigência profissional” e a “exigência de títulos da pós-graduação” nos anúncios.

COM EXPERIÊNCIA/SEM TEMPO DETERMINADO		COM EXPERIÊNCIA/COM TEMPO DETERMINADO		SEM EXPERIÊNCIA	
Exigindo pós-graduação	Sem exigir pós-graduação	Exigindo pós-graduação	Sem exigir pós-graduação	Exigindo pós-graduação	Sem exigir pós-graduação
29	41	30	37	10	41
TOTAL = 70		TOTAL = 67		TOTAL = 51	

Fonte: Agrobases (2020). Org.: autor.

Observa-se que 69 anúncios exigiram pós-graduação, independente de exigir ou não a experiência profissional, no entanto, quando restrito aos anúncios com experiência (com ou sem tempo), esse total chegou a 59, o que equivale a 85,5% do total de anúncios com a exigência da pós-graduação e 31,2% em relação ao total (com e sem pós-graduação). Já o maior percentual da exigência da experiência com a pós-graduação está no grupo que exige o tempo de experiência (44,8%), seguido daqueles sem exigência de tempo (41,5%) e os que não exigem experiência (14,5%). Sobre os anúncios que não exigem a experiência, foram os que demonstraram uma maior discrepância dos anúncios com e sem exigência de pós, já que dos 51 anúncios, 80,4% não exigiu a pós-graduação, o que pode demonstrar uma tendência de a pós-graduação não ser tão exigida nas vagas de emprego sem experiência profissional.

Outro aspecto relevante que contribui nas estratégias para a inserção no mercado trabalho é saber quais as áreas que vêm sendo exigidas para a experiência profissional. Assim como em outras áreas, o geógrafo também desenvolve áreas preferenciais de atuação e vai se especializando. São diversas as áreas indicadas nos anúncios. Elas foram organizadas de acordo com as três grandes áreas das vagas avaliadas no texto:

**Meio ambiente:** gestão ambiental; projetos ambientais; licenciamento ambiental; unidades de conservação; consultoria ambiental; políticas públicas ambientais; gestão de programas socioambientais no âmbito do processo de licenciamento ambiental; supervisão ambiental; auditoria ambiental; educação ambiental; sistemas de gestão ambiental; recuperação de áreas degradadas.

**Geotecnologias:** banco de dados; sensoriamento remoto; manipulação de indicadores; Sistema de Informação Geográfica – SIG; manuseio de equipamentos de geodésia e no tratamento de dados; Plataforma ArcGIS; Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Regularização de Imóveis Urbanos (topografia); Análises em processos de anuências de confrontação; desenho técnico; Uso de drones; mapeamento de Uso / Ocupação do solo; Imagens Aéreas; WEBGIS; modelagem numérica; processos estocásticos; desenvolvimento em pelo menos uma linguagem Python, R, C/C++, C#, Java ou JavaScript; técnicas de “machine learning” e linguagem SQL; processamento e análise de imagens de VANTS.

**Socioambiental:** políticas públicas; levantamentos e diagnósticos na área socioeconômica; programas socioambientais; temática fundiária (Regularização Fundiária ou Geografia Urbana ou Desenvolvimento Rural ou Estrutura Fundiária); na área social (relações com comunidades, gestão de conflitos, programas sociais); populações tradicionais e indígenas; Articulação institucional junto ao terceiro setor, setor privado ou público; gestão de projetos sociais.

#### 6.6.8. Salários anunciados

A maior dificuldade em detalhar os salários dos anúncios é que poucos são aqueles que trazem a indicação do salário da vaga de emprego anunciada. Só treze anúncios expuseram os salários.

O menor salário foi de 1.494,65 reais (anúncio do ano de 2019), enquanto que o maior foi de 10.800,00 reais (anúncio do ano de 2017), com uma média salarial de 6.469,00 reais (tabela 2). Devido a temporalidade que afeta a composição salarial, adotou-se a análise dos salários, considerando a carga horária semanal de 40 horas, a partir do salário mínimo profissional estabelecido pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), que usa, como referência, o valor do salário mínimo vigente no país multiplicado por 8,5 salários mínimos.

**Tabela 2:** Valores dos salários presentes nos anúncios analisados.

Ano dos anúncios	Salário mínimo vigente	Salário mínimo profissional vigente	Salários anunciados
2016	R\$ 880,00	R\$ 7480,00	R\$ 2.828,04 / R\$ 4.260,00
2017	R\$ 937,00	R\$ 7964,50	R\$ 7.000,00 / R\$ 8.000,00 / R\$ 8.774,00 / R\$ 9.333,00 / R\$ 10.439,35 / R\$ 10.800,00
2018	R\$ 954,00	R\$ 8109,00	R\$ 4.000,00 / R\$ 8.575,25
2019	R\$ 998,00	R\$ 8483,00	R\$ 1.494,65 / R\$ 2.600,00
2020	R\$ 1.045,00	R\$ 8.882,50	R\$ 2.600,00

Fonte: Agrobases (2020).

Org.: autor.

A tabela demonstra que os anúncios dos anos de 2016, 2019 e 2020 não tiveram nenhum salário anunciado igual ou acima do salário mínimo profissional vigente naquele ano. Enquanto que o ano de 2017 se destacou, já que cinco salários apresentaram um valor acima do salário mínimo profissional. No ano seguinte, dos dois salários, um também ficou acima do salário mínimo profissional. Portanto, o universo analisado demonstrou que 53,8% dos salários anunciados não atendiam ao salário mínimo profissional estabelecido. No final da década de 1980, Rosa (1988) já considerava grande a variabilidade de salários na realidade dos geógrafos.

### 6.6.9. As oportunidades para os geógrafos vão além...

Diante de tudo que foi exposto, vale lembrar que as oportunidades para os geógrafos no website não se restringem aos 285 anúncios avaliados, já que, como explicado na “Metodologia”, o critério para inserção no universo dos dados analisados era que o anúncio exigisse a “formação superior em Geografia” ou o “geógrafo” como um dos profissionais aptos a concorrer a vaga de emprego anunciada. Logo, diversos anúncios, especialmente das áreas de “meio ambiente”, “geotecnologias”, “socioambiental” e “socioeconômica”, não foram considerados, mas, na prática, admitem a participação do

geógrafo na seleção, quando utilizam expressões, como: “áreas correlatas”; “áreas afins”; “graduado em áreas que tenham afinidade com a atividade”; “formação superior completa em áreas ligadas às ciências humanas ou de meio ambiente”; “Profissional com formação em Ciências Sociais e da Terra”; “ou em demais áreas ligadas à conservação da natureza e ao uso sustentável dos recursos naturais”; “nível superior com especialização na área ambiental”; “Formação em áreas relacionadas ao meio ambiente”; “Formação em áreas relacionadas ao meio ambiente com experiência nas atribuições do cargo”.

Sem dúvida, observa-se o forte apelo dessas vagas voltadas para uma intervenção espacial, seja por meio de funções da área ambiental, das geotecnologias, do planejamento (urbano, regional e agrário) ou ligadas aos estudos socioeconômicos e a responsabilidade social. Sendo assim, as palavras de Leff (2001, p.254) reforçam o entendimento do perfil do geógrafo como profissional naturalmente formado e capacitado para a formação ambiental, pois considera que tal formação visa “um processo mais orgânico e reflexivo de reorganização do saber e da sociedade na construção de novas capacidades para compreender e intervir na transformação do mundo”. O que é característica presente na maioria dos anúncios analisados.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria e os dados apresentados e discutidos neste artigo podem contribuir para repensarmos e fortalecermos a formação e a atuação profissional do geógrafo, que deve privilegiar um raciocínio espacial integrado, onde, diante das inovações e transformações do mundo, a formação continuada precisa ser buscada. Como bem destaca Campos *et al.* (2008), mesmo com uma ótima formação em nível de graduação, isso não é suficiente para atender as crescentes exigências demandadas pelo mercado de trabalho atual, já que o desenvolvimento tecnológico e as mudanças têm acontecido de forma mais acelerada, passando-se a exigir novas competências profissionais. Logo, os profissionais da geografia precisam ficar atentos para as novas competências demandadas pelo mercado de trabalho atual. O profissional precisa se reinventar, adquirindo novos conhecimentos e ficando por dentro das inovações, constituindo ações essenciais diante de uma realidade de um mundo globalizado, com um volumoso e constante fluxo de informações.

É essencial um melhor conhecimento do mercado de trabalho do setor privado por parte dos geógrafos e dos graduandos de Geografia, de modo a permitir, especialmente aos graduandos, como bem defende Werbel (2000), um maior conhecimento do mercado,

o que favorece o delineamento de caminhos e estratégias voltadas a empregabilidade, já que os estudantes e profissionais poderão confrontar o que está sendo exigido pelo mercado e as habilidades pessoais de cada um.

Diante do que foi exposto, chega-se as mesmas conclusões obtidas por Moreira *et al.* (2014), que pesquisaram sobre a graduação em administração. De que o mercado de trabalho não se interessa só pelos conhecimentos oriundos da formação acadêmica, mas também dos “conhecimentos e habilidades interpessoais e extracurriculares”, que visem incrementar competências, a exemplo dos conhecimentos em informática, idiomas, dentre outros. Nessa perspectiva, Breunig *et al.* (2019), com base em relatos de geógrafos que atuam na iniciativa privada, elencam as características que qualificam o geógrafo na sua atuação profissional: gosto em superar desafios, proatividade para criar metodologias e soluções práticas, flexibilidade para trabalho em equipe e para novos desafios, capacidade de comunicação clara e objetiva, foco para alcançar os objetivos lançados e, não menos importante, trabalhar com prazo determinado. Sendo assim, é essencial o acompanhamento contínuo da realidade do mercado de trabalho do geógrafo, como meio de estratégia para a sua empregabilidade e para reflexões fundamentais com relação à construção da carreira, privilegiando o levantamento e análise dos requisitos, das qualificações exigidas e como a oferta das vagas se distribui geograficamente.

## REFERÊNCIAS

AGROBASE. **Agrobase Oportunidades**. Disponível em: <https://www.agrobase.com.br/opportunidades>. Acesso em: 02 ago. 2020.

ANDRADE, M. C. de. Perspectivas do papel do Geógrafo, como profissional, no Brasil. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 16/17, n. 31-34, p. 409-422, 1987.

BITENCOURT, C.; BARBOSA, A. C. Q. A gestão de competências. In: BITENCOURT, C. (Org.). **Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais**. Porto Alegre: Bookman, 2004, p.240-269.

BRASIL. **Lei nº 6.664, de 26 de junho de 1979**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6664.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6664.htm). Acesso em: 14 fev. 2021.

BREUNIG, F. M.; HAYAKAWA, E. H.; BACANI, V. M.; TRENTIN, R.; PEREIRA FILHO, W.; SILVA, A. Reflexões sobre as geotecnologias no contexto da geografia do Brasil. **Raega – O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 46, p. 185-198, 2019.

CAMPOS, K. C. de L.; VIEIRA, V. F.; CAMARGO, A. P.de; SCHEGUSCHEVSKI, A.; TAVARES, F. T.; PIOVEZAN, N. M.; ALKSCHBIRS, S. R. Empregabilidade e competências: uma análise de universitários sob a ótica de gestores de recursos humanos. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 8, n. 2, p. 159-183, 2008.

COUTINHO, L. M. Por uma Engenharia Geográfica: da técnica na geografia a uma geografia técnica. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 20, n. 1, p. 38-53, 2018.

CRESPO, I. M.; RODRIGUES, A. V. F.; MIRANDA, C. L. Educação continuada para bibliotecários: características e perspectivas em um cenário de mudanças. **Biblios**, v. 7, n. 25-26, p. 1-14, 2006.

FANDIÑO, A. M.; MACIEL, J. S. A análise do perfil empreendedor entre alunos de pós-graduação lato sensu (MBA). **Revista Gerenciais**, v. 7, n. 1, p. 61-71, 2008.

GONDIM, S. M. G. Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. **Estudos de psicologia**, v. 7, n. 2, p. 299-309, 2002.

GUTIERRES, H. E. P.; SANTOS, C. J. S.; PEREIRA, V. D.; RODRIGUES, J. O. N. A atuação profissional do Geógrafo na elaboração dos Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIAs/RIMAs). **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 59, p. 997-1028, 2019.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. 494p.

LONGLEY, P. A.; GOODCHILD, M. F.; MAGUIRE, D. J.; RHIND, D. W. **Sistemas e ciência da informação geográfica**. 3. ed. Porto Alegre. Bookman. 2013. 560p.

MARANGON, A. M. M. C. O Geógrafo no Brasil: alguns problemas para o seu desempenho profissional. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 16/17, n. 31-34, p. 137-142, 1987.

MARQUESIN, D. F. B.; BENEVIDES, C. R.; BAPTISTA, D. C. Leitura e escrita no ensino superior. **Revista Educação**, v. 14, n. 17, p. 9-28, 2011.

MIGUEZ, V. B. C.; RIBEIRO, M. F. A contribuição da geografia na implantação de sistemas de gestão ambiental no Brasil. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 10. 2003, Rio de Janeiro. **Anais ...** Rio de Janeiro: Geo UERJ, 2003.

MORATO, R. G. Perfil e percepção dos geógrafos brasileiros sobre sua formação e condições de trabalho. **Confins**, Paris, v. 37, p. 1-16, 2018.

MOREIRA, F. M.; QUEIROZ, T. R.; MACINI, N.; CAMPEÃO, G. H. Os alunos de administração estão em sintonia com o mercado de trabalho? **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 61-88, 2014.

OLIVEIRA, E. dos S. Geografia: ciência e profissão. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 67, p. 1221-1247, 2021.

PACHECO, R. C. Geografia e gestão ambiental empresarial: uma análise crítica. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 52, p. 42-53, 2018.

PAES, H. G.; VENTURI, L. A. B. Profissão: geógrafo. In: VENTURI, L. A. B. (Org.). **Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula**. São Paulo: editora Sarandi, 2011. cap. 24, p. 495-518.

PILATTI, A.; MARIANO DOS SANTOS, M. E. O domínio da língua inglesa como fator determinante para o sucesso profissional no mundo globalizado. **Secretariado Executivo em Revist@**, v. 4, n. 4, 2011.

RAMIREZ, R. A.; DIAS, W. R. A língua inglesa como fator de inclusão profissional: uma análise da competência linguística dos egressos do curso superior de Tecnologia em Logística. **Revista De Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, v. 9, n. 18, p. 123-136, 2019.

ROJO, R. H. R. A concepção de leitor e produtor de textos nos PCN: "Ler é melhor que estudar". In: FREITAS, M. T. A.; COSTA, S. R. (Org.). **Leitura e escrita na formação de professores**. São Paulo: Musa/UFJF/Inep-Comped, 2002. p. 31-52.

ROSA, R. O geógrafo: atividades e mercado de trabalho. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 4, n. 2, p. 79-84, 1988.

ROTHWELL, A.; JEWELL, S.; HARDJE, M. Self-perceived employability: Investigating the responses of post-graduate students. **Journal of Vocational Behavior**, v. 75, n. 2, p. 152-161, 2009.

RUEDA, F. J. M.; MARTINS, L. J.; CAMPOS, K. C. L. Empregabilidade: o que os alunos universitários entendem sobre isso? **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 6, n. 2, p. 63-73, 2004.

SAMPAIO, T. V. M.; PELEGRINA, M. A.; SOPCHAKI, C. H. Exercício profissional do geógrafo no estado do Paraná: convergências e divergências entre a lei do geógrafo, as diretrizes curriculares nacionais, as matrizes curriculares e a prática profissional. **Raega – O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 42, p. 269-287, 2017.

SANTOS, R. A. dos. **Formação profissional em Geografia: a graduação no Campus Catalão/UFG e os Projetos Pedagógicos de 1992, 2005 e 2009**. 2013. Dissertação (Programa de Pós-graduação Stricto sensu em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

SIGNORI, L. C.; VERDUM, R. O mercado de trabalho para os geógrafos no serviço público federal. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 133-148, 2009.

SILVA, D.F.; LIMA, G.F. da C. Empresas e meio ambiente: contribuições da legislação ambiental. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 334-359, 2013.

TEIXEIRA, M. A. P.; GOMES, W. B. Estou me formando... e agora? Reflexões e perspectivas de jovens formandos universitários. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 5, n. 1, p. 47-62, 2004.

VELUDO-DE-OLIVEIRA, T. M.; BALLESTERO-ALVAREZ, M. E.; OLIVEIRA, M. J. de.; VIDIGAL, P. R. Empregabilidade e seus antecedentes para conquista da vaga de estagio por universitários. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 14, n. 1, p. 47-59, 2013.

VEYRET, Y. Géo-environnement. **Revue Géographique de l'Est [Online]**, v. 40, p. 1-2, 1999.

VIEIRA, D.A.; CAIRES, S.; COIMBRA, J.L. Do ensino superior para o trabalho: Contributo dos estágios para inserção profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 12, n. 1. p. 29-36, 2011.

WERBEL, J. D. Relationships among career exploration, job search intensity, and job search effectiveness in graduating college students. **Journal of Vocational Behavior**, v. 57, p. 379-394, 2000.

ZULAUF, M. Ensino superior e desenvolvimento de habilidades para a empregabilidade: explorando a visão dos estudantes. **Sociologias**, v. 16, p. 126-155, 2006.

Recebido: 16.02.2022

Aceito: 03.10.2022